

**A UNIVERSIDADE COMO BECO ESTREITO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
AFRORREFERENCIADO NA PÓS-GRADUAÇÃO.**

**THE UNIVERSITY AS A TIGHT PASSAGE: AN AFRO-REFERENCED
GRADUATE EXPERIENCE NARRATIVE.**

Orumar Candido¹

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-CBV/IFRR
orumarcandidos@gmail.com

Leila Marcia Ghedin²

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - CBV/ IFRR
leilaghedin@ifrr.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência que nasce dos atravessamentos de um sujeito marcado por processos de marginalização no contexto da pós-graduação em Educação. A narrativa emerge de um espaço formativo que propiciou o encontro com epistemologias contra-hegemônicas e com abordagens que valorizam a ancestralidade, os afetos e a vida como fundamentos legítimos da produção de conhecimento. Reflete-se sobre o processo de reencantamento com o fazer acadêmico, especialmente diante das marcas do epistemicídio e das estratégias de reexistência que atravessam a minha trajetória. Em diálogo com autoras e autores como Sueli Carneiro, Jorge Larrosa, Michel Foucault, Íris Verena, Karla Saraiva e Conceição Evaristo, analisa-se como o gesto de “aprontar a pesquisa” se constitui como método e ruptura, tensionando os moldes do saber instituído. A escrita é compreendida como prática insurgente, capaz de deslocar paradigmas e afirmar outras formas de existência no campo educacional. Ao reivindicar a legitimidade de narrativas encarnadas e saberes plurais, o texto propõe uma abordagem que desafia a neutralidade acadêmica e afirma a potência transformadora da pesquisa comprometida com a justiça epistêmica.

Palavras-chave:

Educação. Narrativa. Favela. Afrorreferência. Experiência.

Abstract

This article presents an experience report born from the crossings of a subject marked by processes of marginalization within the context of graduate studies in Education. The narrative emerges from a formative space that fostered encounters with counter-hegemonic epistemologies and with approaches that value ancestry, affections, and life as legitimate foundations of knowledge production. It reflects on the process of re-enchantment with academic practice, especially in the face of the marks of epistemicide and the strategies of re-existence that shape my trajectory. In dialogue with authors such as Sueli Carneiro, Jorge Larrosa, Michel Foucault, Íris Verena, Karla Saraiva, and Conceição Evaristo, it analyzes how the act of “preparing research” constitutes itself as both method and rupture, challenging the molds of instituted knowledge. Writing is

¹ Educador popular e ativista dos Direitos Humanos, com atuação voltada para juventude e favela. É certificado em Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional; Graduado em Licenciatura em Pedagogia e Gestão de Recursos Humanos. Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduando em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. E-mail: Orumarcandidos@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia - UFRR. Mestrado em Planejamento Integral do Turismo - LUZ-VE. Mestrado em Ensino de Ciências na Amazônia-UEA. Doutorado em Educação em Ciências e Matemática-UFMT. Professora. IFRR – e-mail: profa.leila.ghedin@gmail.com.

understood as an insurgent practice, capable of displacing paradigms and affirming other forms of existence within the educational field. By claiming the legitimacy of embodied narratives and plural knowledges, the text proposes an approach that challenges academic neutrality and affirms the transformative power of research committed to epistemic justice.

KEYWORDS

Education. Narrative. Favela. Afro-reference. Experience.

INTRODUÇÃO

Tudo começou antes do que parece. Começou no silêncio que antecedeu os momentos, quando aceitar o processo, caminhar, avançar, seguir em frente parecia mais difícil do que possível. Era um silêncio denso, que não era ausência de som, mas presença de incertezas, de medos, de memórias de exclusão que se infiltravam nas frestas do cotidiano acadêmico. Diante das recusas sutis e dos silêncios institucionais que atravessam os corpos negros nas universidades, eu me vi indagando “*E eu, não sou intelectual?*” (Carine, 2025). A pergunta não veio do nada. Ocorre que, por muito tempo, aprendi — ou me fizeram acreditar — que ser intelectual era caber em moldes brancos, eurocêtricos, alheios à minha forma de estar no mundo e, sobretudo, à minha carne. Era como se a legitimidade do pensamento estivesse condicionada ao distanciamento da minha própria história, como se fosse preciso despir-me das minhas referências, da minha fala, do meu território, para ser reconhecido como alguém que “*pensa*”. Foi nesse tensionamento entre o que me ensinaram a negar e o que o corpo insistia em afirmar que busquei aprontar (Oliveira, 2024). Reivindicar a minha voz, colocar no papel e na oralidade aquilo que a universidade não está habituada a ler ou ouvir. Foi um aprontamento no sentido ambíguo, pois assim como precisei me vestir, transformei/performei o incômodo em potência, afirmando que minha existência e meu pensamento não precisavam pedir licença para ocupar aquele ou qualquer outro espaço.

O início da caminhada acadêmica foi atravessado por disciplinas densas, teóricas que não dialogavam com a minha existência enquanto um corpo preto, pobre, favelado, bissexual e cansado de ser reduzido a estatística. A cada aula, em que a universidade se apresentava como promessa de sonho, eu sentia esse mesmo sonho se dissolver entre textos que não me acolhiam, grupo de pesquisa onde não me reconhecia, e debates onde a favela que me habita parecia não caber. Foram inúmeras reflexões, trocas e experiências que tornaram aquela pergunta inicial ainda mais urgente. Não se tratava apenas de não me reconhecer como intelectual, mas até mesmo de hesitar em me afirmar como “*pesquisador*”. Ora, se durante o mestrado faço pesquisa, investigo, escrevo... o que mais seria, senão um pesquisador? Ainda assim, estive tensionado aos critérios excludentes que historicamente definem quem é visto como produtor de conhecimento, critérios que não apenas determinam legitimidade, mas tentam moldar comportamentos, linguagens e até mesmo sonhos.

Por um tempo, permiti que o ambiente acadêmico colocasse em dúvida o valor das minhas experiências, leituras de mundo, sabedoria construída na favela, como se o lugar de onde venho e as vivências que carrego não pudessem habitar o mesmo espaço das teorias consagradas. Foi um período de silenciamentos internos, dor, angústia, choro, de me perguntar se a minha voz teria ressonância diante de tantas vozes legitimadas pelo cânone, “*(...) um caminho (...) que parecia sem volta, apesar de eu saber que tudo continuava aqui dentro*” (Carine, 2025, p. 40). Esse “*aqui dentro*” não é apenas memória, é força vital, é território de resistência. Reconhecer-se como um corpo insurgente, pulsante não é “*menos*” dentro dos cânones brancos, é um gesto de ruptura e de reinvenção. É afirmar que o

conhecimento também nasce das velas, das rodas de conversa, dos afetos compartilhados e das dores coletivas que insistem em não caber nos moldes coloniais.

CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO

Esta pesquisa se inscreve como trilha de memória e voz, guiada pela metodologia do relato de experiência aforreferenciado, entrelaçada às tessituras qualitativas e narrativas. Ao seguir esse caminho, afirmo que o corpo do pesquisador é também morada e fonte de conhecimento, atravessado por marcas de exclusão, mas também pela força da resistência e pela beleza da reexistência que insiste em florescer.

Dizer não aos moldes que me negavam foi só parte do processo. Era preciso, além disso, reconstruir minha relação com o conhecimento e com o sonho que me trouxe até ali. Significar. Ressignificar. Opto por reencantar. E reencantar, para mim, não foi um ato instantâneo ou romântico; foi um trabalho de fôlego, feito no dia a dia, entre leituras que me atravessavam, encontros que me deslocavam e silêncios que me obrigavam a me ouvir. Foi compreender que o conhecimento não é neutro, que carrega marcas, histórias, omissões, e que eu também poderia imprimir nele as minhas próprias marcas.

O movimento de reencantamento, como apresenta Luiz Antonio Simas (2020), surge pelo interesse por abordagens narrativas e aforreferenciadas, que começou a se intensificar ainda nos primeiros meses da formação, quando surgiu a oportunidade de participar de um espaço formativo voltado à valorização de epistemologias negras e à escrita como prática de resistência. Não era apenas um curso ou uma disciplina; era um território de reconhecimento mútuo, um lugar onde a minha experiência não era nota de rodapé, mas parte central da conversa. Foi ali que percebi que não estava sozinho, que havia outros corpos, vozes e histórias que, assim como a minha, insistiam em estar presentes e plenas dentro da universidade.

Naquele momento, algo me despertou: um encontro que anunciava o meu próprio reencontro. Foi como se, depois de tanto tempo tentando caber em moldes que não me pertenciam, eu finalmente pudesse respirar sem me encolher. Esse reencontro não foi apenas comigo, mas com minha ancestralidade, com os sonhos que atravessaram gerações e me trouxeram até aqui. Eu sabia que precisava aforreferenciar minha escrita, escutar outras narrativas, aprender a pesquisar de outros jeitos. Mais sensíveis, mais próximos, menos atravessados por aquela linguagem que parecia feita para afastar quem tentava entender. Essa escolha não significava recusar o rigor acadêmico, mas, sim, ampliar o que ele entende como válido, incluindo nele a oralidade, a memória, o corpo e a experiência. Foi nesse tempo que comecei a dividir, ainda timidamente, as dores e angústias que carregava logo naquele início do Mestrado. Compartilhar foi um ato de cura, porque nomear as dores é também uma forma de impedir que elas nos devorem em silêncio.

Ao longo desse processo, eu entendi: para não desistir, eu precisava me aquilombar (Bispo, 2023) para continuar a sonhar. Aquilombar-se, aqui, não é metáfora vazia; é prática diária de proteção, de troca e de construção coletiva de sentidos. É reconhecer que sozinho o fardo é mais pesado, mas em comunidade ele se transforma em luta compartilhada. Foi preciso buscar na memória o porquê de estar naquele espaço. Reconectar. Eu não lembrava mais daquele jovem que sonhava em experimentar o Mestrado em Educação dentro de uma universidade pública. Esse esquecimento não era falta de gratidão, mas efeito das tensões, das exigências e das microviolências cotidianas que vão apagando o brilho inicial. Reunir forças na memória, (re)conectar com as lembranças positivas foi uma dura missão durante essa caminhada. Reviver cada passo que me trouxe até ali, desde a sala apertada do cursinho comunitário até o dia em que vi meu nome na lista de aprovados, foi um exercício de resistência e de reafirmação. Por isso, mais do que resgatar o entusiasmo de alguém que aspirava ingressar em uma universidade pública, era preciso, com urgência, lembrar que esse

sonho tinha raízes. Raízes fincadas na necessidade de não apenas chegar, mas de permanecer. E permanecer, nesse contexto, não é apenas um verbo estático; é ação constante, é enfrentar olhares que questionam sua presença, é negociar espaços, é reivindicar voz. É entender que cada dia dentro da universidade é um ato político que ecoa para além de mim, alcançando quem ainda sonha em atravessar os mesmos portões.

Porque sua presença ali não era vaidade: era ato de transformação, era gesto de sobrevivência. Era reafirmar que a minha trajetória não começou nos corredores acadêmicos, mas nas becos, nas conversas de esquina, nas lutas comunitárias, nos cadernos improvisados e nas perguntas que surgiam muito antes de conhecer a palavra “epistemologia”. Era, sobretudo, compreender que estar ali significava abrir caminhos para que outros pudessem sonhar e, alcançar, o que antes parecia inalcançável. E assim, a cada desafio, a cada página escrita, eu me lembrava que o mestrado não era apenas uma conquista individual. Era uma herança de resistência e um compromisso coletivo. Permanecer era resistir. E resistir, ali, era reinventar o próprio significado de ocupar uma universidade pública.

A TRAVESSIA E O REENCANTAMENTO DO SABER

Neguei a armadilha de romantizar a dor, especialmente aquela imposta de forma sistemática aos corpos pretos que a universidade com a sua estrutura colonial e elitista, impõe. Reconhecer isso não foi simples, pois muitas vezes o próprio ambiente acadêmico constrói narrativas que glorificam a superação individual sem questionar as violências estruturais que tornam essa superação necessária. Há sempre o risco de transformar feridas em troféus, sem olhar para a responsabilidade coletiva de mudar as condições que as causam.

Um ponto de virada no percurso formativo foi marcado pela aproximação com práticas narrativas afrorreferenciadas, que trouxeram novas possibilidades de construção de conhecimento e de ressignificação da experiência educativa. Essas práticas não chegaram como um conteúdo a mais, mas como um convite a revisitar a minha própria história e a compreender que a minha voz também carrega epistemologia. Elas me ensinaram que a escrita pode ser mais do que um registro — pode ser um território de encontro, de cuidado e de afirmação identitária.

Como canta Emicida em *Levanta e Anda* (2013), ouvi dentro de mim um firme: “Então levanta e anda, vai, levanta e anda, vai, levanta e anda.” Esses versos ecoam não apenas como um incentivo, mas como uma convocação para me mover mesmo quando o peso da estrutura acadêmica parecia me imobilizar. Eles lembravam que cada passo, por menor que fosse, tinha valor e sentido, porque carregava em si o esforço coletivo de tantas pessoas que abriram caminho antes de mim. Foi naquele espaço que voltei a sorrir. Reencontrei a palavra que acolhe, a escuta que respeita, e sobretudo, o saber que parte da nossa gente. Senti que, pela primeira vez em muito tempo, minha presença não era vista como uma concessão, mas como parte legítima do tecido que compõe o conhecimento. Foi o momento em que entendi que construir saber é inseparável de construir vínculos e reconhecer as histórias que nos trouxeram até aqui.

Como observado por Íris Verena (2024), comecei a “aprontar” a minha dissertação. Aprontar não como maneira de fazer bagunça/tumulto, no sentido pejorativo, mas sim de desorganizar, desobedecer com beleza. Um sentido bonito e rebelde, não como desordem, mas como método, que desobedece às normas que silencia e aponta outros caminhos possíveis, jogando com a sagacidade forjada na periferia. Aprontar, nesse contexto, é testar formatos, mesclar linguagens, permitir que a subjetividade tenha lugar ao lado da teoria, sem pedir desculpas por isso. São esses caminhos que venho incorporando à minha escrita acadêmica, em um movimento consciente de reposicionamento e afirmação. Escrever, para mim, deixou de ser apenas cumprir uma demanda institucional e passou a ser uma forma de

disputar narrativas, de escrever no papel as experiências que, historicamente, foram desconsideradas pela academia.

Esse reposicionamento está alinhado como resposta ao epistemicídio, conceito trabalhado por Sueli Carneiro (2005), que denuncia a negação sistemática dos saberes produzidos por sujeitos negros e periféricos. Afinal, para a autora, o epistemicídio se revela como uma das formas mais duradouras quando se discute sobre racialidade, pois desqualifica não apenas o conhecimento, mas, conjuntamente, o sujeito negro que o produz. Essa violência epistêmica atua de forma silenciosa e persistente, atravessando currículos, metodologias e critérios de validação acadêmica, fazendo com que muitas vezes sejamos obrigados a traduzir nossos saberes para uma linguagem que não nos pertence, apenas para sermos ouvidos. Traduzir, nesse caso, não é uma escolha estética, mas uma imposição que, se não for percebida, pode corroer a potência das nossas produções, esvaziando o sentido original que elas carregam.

Com isso, aprontar é reexistir frente ao epistemicídio — jogando com a sagacidade forjada na periferia, que transforma experiência em método, gesto em teoria. É subverter expectativas, é ocupar espaços que, historicamente, tentaram nos expulsar, e ali instaurar uma outra gramática, um outro jeito de narrar o mundo. É garantir que há saberes outros, saberes que não cabem em molduras eurocentradas, saberes que se alimentam de memória, de corpo, de oralidade, de afetos e de histórias que não precisam da chancela acadêmica para serem legítimos. Esses saberes, quando ocupam o texto acadêmico, tensionam a própria ideia do que é válido, deslocando o centro de produção do conhecimento e mostrando que há muitas formas de pensar e ensinar que não passam pelo filtro da tradição ocidental. É afirmar que resistir intelectualmente é existir politicamente, e que a produção de conhecimento, quando nasce da periferia, não apenas questiona o centro, mas o desloca. Ela obriga o centro a se olhar no espelho e perceber que não é a única referência, que o mundo não começa nem termina nos seus limites.

É nesse contexto que passei a construir minha presença acadêmica de forma estratégica, compreendendo-a como um gesto de resistência e uma “possibilidade ambulante”, expressão potente proposta por Vinicius Hozana (2025). Essa possibilidade não se encaixa nas estruturas rígidas da universidade; ela caminha pelas brechas, circula nos silêncios e recusa as hierarquias impostas do saber. Um saber em fluxo, não linear, produzido nas escutas. Ela contraria os moldes esperados, porque tensiona, desloca e cria. E, ao criar, não apenas ocupa espaços, mas inventa novos, nos quais a afetividade e a memória não são descartadas como irrelevantes, mas reconhecidas como parte do próprio processo de produção de conhecimento. É uma presença que cria mundos possíveis ao valorizar os saberes produzidos nas relações, no cotidiano e nos afetos. Essa possibilidade ambulante não se limita a um deslocamento físico ou intelectual, é um movimento de formação, moldado pelo que acontece, pelas experiências vividas. Ela está sempre em trânsito, porque entende que aprender é, antes de tudo, estar disponível para ser atravessado pelo mundo.

Nesse sentido, Jorge Larrosa (2002, p. 19) contribui ao afirmar que “experiência é aquilo que nos passa, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma.”. Larrosa nos lembra que o sujeito da experiência não se define pela força, mas pela vulnerabilidade, pela abertura ao acontecimento, pela coragem de se colocar em relação com o que escapa ao controle. Essa abertura exige confiança, exige aceitar que nem tudo pode ser previsto ou medido, e que justamente aí reside o potencial formativo da experiência. Com isso, a possibilidade ambulante se revela como expressão dessa experiência onde o saber não apenas informa, mas forma e transforma. Afinal, “o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos.” (Larrosa, 2002, p. 5) E, no meu caso, esses acontecimentos são atravessados por marcadores raciais, de classe e de território que não apenas influenciam o que aprendo, mas como aprendo e como escolho ensinar.

Se, como afirma Larrosa, a experiência nos transforma ao nos atravessar, é preciso reconhecer que essa travessia não ocorre em terreno neutro. Nessa esteira, essa presença, ao esquivar-se e recusar os moldes instituídos, configura-se como um tensionamento das relações de saber-poder que sustentam a organização da universidade. Cada ato de recusa, cada escolha metodológica aforreferenciada, cada texto escrito a partir da minha vivência é um modo de afirmar que não aceito a neutralidade como mito, e que meu percurso acadêmico está ancorado em uma prática política consciente. Como afirma Michel Foucault (2002), o saber não é neutro, ele está entrelaçado a práticas que produzem e normatizam sujeitos. Além disso, parte de uma construção humana construída por impulsos e emoções. Isso significa que o que sabemos não é simplesmente um reflexo da realidade, mas é algo moldado pela nossa interação com o mundo e pelas relações de poder que existem na sociedade. O conhecimento, então, não é algo fixo nem universal, mas resultado de processos históricos e de disputas sociais. Reconhecer isso é entender que minha própria trajetória acadêmica é uma dessas disputas. Uma disputa por voz, por espaço, por sentido e por permanência.

SABERES, PODERES E SUBJETIVIDADES

A verdade como uma produção histórica a partir das práticas sociais está ligada ao modo de vida. Ou seja, o que consideramos "verdade" está sempre ligado ao contexto cultural, social e político em que vivemos. Já a linguagem, nesse processo, tem um papel fundamental, visto que ela não só descreve o mundo, mas o cria e o transforma, funcionando como uma ferramenta de disputa e poder. Por isso, a forma como usamos as palavras, como as escolhemos, molda a maneira como entendemos o que é positivo ou negativo em nossa sociedade. Por exemplo, a maneira como nos expressamos na família, no trabalho ou na faculdade não é neutra. Em cada um desses contextos, as palavras que escolhemos e os valores que transmitimos influenciam a forma como os outros nos percebem e como nos vemos dentro desses grupos. No contexto familiar, a linguagem pode reforçar ou desafiar normas e papéis de gênero, enquanto no trabalho ou na faculdade, as palavras podem refletir e até mesmo manter relações de hierarquia e poder. Dessa forma, para melhor sintetizar e aprofundar a crítica de Foucault à concepção tradicional de conhecimento e verdade, conclui-se que “só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade” (FOUCAULT, 2002, p. 27). Assim, compreendo que os discursos não apenas descrevem a realidade, mas a produzem, delimitando quem pode falar, o que pode ser dito e em que condições. A linguagem, portanto, é um instrumento de poder que molda subjetividades e regula o acesso ao saber.

Afinal, o conhecimento não é algo independente, neutro ou puramente racional. Ao contrário, ele está sempre situado em contextos históricos, sociais e políticos específicos. Ele nos mostra que o que entendemos por “verdade” e “conhecimento” não é algo dado ou natural, mas sim produto de relações de poder e de uma cultura política que define quem tem acesso ao saber e como ele é produzido. Nesse jogo de poder, esse funcionamento do saber, enquanto produto e instrumento do poder, molda os sujeitos, ensina as pessoas a se comportar de um certo jeito porque alguém (como a escola, a televisão, a igreja e/ou os adultos) ensina que esse é o jeito “certo” de ser. Nesse sentido, Foucault dizia que isso acontece o tempo todo: a gente vai virando o que as regras querem que a gente vire, mesmo sem perceber. Para tanto, a universidade assume esse dispositivo que define o que é conhecimento legítimo, aquele que pode produzi-lo e como deve ser produzido.

Nesse contexto, é importante destacar que a universidade não atua de forma isolada. Foucault argumenta que, o poder é como uma teia invisível, espalhada por múltiplos espaços

ao mesmo tempo. Isso significa que o poder circula em rede, manifestando-se através de instituições, normas, discursos e práticas cotidianas. Nesse cenário, a universidade não apenas transmite saberes em seu espaço, mas, os fabrica, hierarquiza, define quais corpos podem ser reconhecidos como legítimos, moldando sujeitos e delimitando possibilidades de existências.

Sob a ótica foucaultiana, o poder não se resume à repressão. Ele atua, sobretudo, pela produção de saberes sobre aquilo que busca governar. Foucault (2009, p. 88) afirma que “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, [...] é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. Nesse sentido, o acesso à informação e a tentativa de classificar sujeitos e comportamentos em categorias fixas (leia-se: caixinhas) é uma forma de exercício do poder. Ele se faz presente em todas as faces do cotidiano. Com isso, é fundamental, portanto, compreender o poder não apenas como força que reprime, mas como fonte/mecanismo de produção de saberes. Grande parte das ideias sobre o que é considerado “normal”/“anormal” nasce dessas relações. Por isso, o controle de conhecimento é uma forma de controle sobre a vida e sobre os modos de existir.

Nesse processo, a subjetividade dos indivíduos é forjada pelas malhas do poder. Em outras palavras, não se trata de algo espontâneo, neutro; mas, sim, produções que se constroem ao longo do tempo pelas relações sociais, políticas e culturais que nos atravessam. O modo como nos percebemos, posicionamos, sentimos é constantemente moldada, regulada e negociada pelos dispositivos de saber-poder que operam na sociedade. Como propõe Foucault, o poder não se manifesta apenas na imposição de regras visíveis, mas infiltra-se de maneira sutil nas práticas cotidianas.

EDUCAÇÃO, BIOPOLÍTICA E SUBJETIVIDADES NEOLIBERAIS

Nesse horizonte, a educação passa a operar como um desses dispositivos biopolíticos estratégicos. A escola junto a outras práticas sociais, assume o papel de construir/moldar as subjetividades alinhadas à forma de produção; assim, apresenta a relação do capitalismo de mão de obra, como o neoliberal por um capitalismo cognitivo. É importante destacar que essa transição não implica apenas uma mudança nos modos de produção, mas na forma como os sujeitos são moldados para participar desses sistemas. Nesse novo regime, a lógica neoliberal promove a ideia de um sujeito autônomo, autogerido, responsável por si e moldado para se tornar um empreendedor de si mesmo, responsável pelo seu sucesso e fracasso.

Como observa Saraiva (2022, p. 139): “a educação vem funcionando, desde a Modernidade, como uma ação biopolítica para governar a vida da população, produzindo subjetividades sintonizadas com as formas de produção de sua época.” Reconhecer esse processo é fundamental para compreender como as relações de poder naturalizam verdades, definem normalidades e, assim, produzem sujeitos ajustados a determinadas expectativas sociais. Essa perspectiva nos permite compreender a escola como um espaço que, embora se apresente como neutro, está alinhado às lógicas de sua temporalidade. Ela funciona como uma forma de controle sobre a vida em sociedade, formando sujeitos ajustados às exigências do mercado.

Sob esse ponto de vista, podemos entender a educação como expressão da governamentalidade contemporânea, visível, por exemplo, em metodologias como a pedagogia de projetos e no ensino a distância (EAD), práticas que orientam modos de aprender, produzir e viver. Elas não são apenas escolhas pedagógicas, são, além disso, estratégias políticas que colaboram na formação de sujeitos flexíveis, autônomos, criativos e

adaptáveis às dinâmicas do trabalho imaterial. Esse trabalho imaterial se desenvolve através de competências intangíveis, como criatividade, comunicação e adaptabilidade; ou seja, saberes que não são palpáveis, mas que operam como verdadeiros dispositivos de desejo. São atributos exigidos por um mercado que já não se organiza apenas pela força física, mas pela habilidade de pensar, interagir e criar. Um exemplo visível disso está nas redes sociais, onde o indivíduo torna-se, simultaneamente, produtor de conteúdo, consumidor e marca de si, uma personificação clara do sujeito neoliberal.

Esse processo revela uma intencionalidade na formação de sujeitos ajustados ao sistema, evidenciando o funcionamento do dispositivo disciplinar. A escola disciplinar consolidou-se como espaço de repetição, vigilância e normatização, preparando corpos e mentes para o trabalho fabril. Além disso, é possível perceber, nesse trecho, a transição no perfil do trabalhador exigido pelo capitalismo contemporâneo: de obediente a autogerido. O ideal neoliberal passa a ser a constituição da “empresa de si”. Como destaca Saraiva (p. 147),

Os corpos dóceis e adaptados a uma rotina sobre a qual eles não têm quase nenhuma ingerência já não servem para a empresa. Os trabalhadores agora devem ser proativos, autônomos e empreendedores. Os corpos dóceis devem ser substituídos por cérebros flexíveis.

Nesse novo modelo, a subjetividade do trabalhador passa a ser explorada como capital. Não basta mais obedecer ordens: é preciso inovar, performar, “vestir a camisa da empresa”, “pensar como dono”. Essa reconfiguração da subjetividade indica o deslocamento da centralidade da obediência para a produção de si como ativo de valor, um sujeito treinado para se vender, se monitorar e se responsabilizar por seu desempenho.

Essa captura da subjetividade como ativo de valor nos remete à noção foucaultiana de “positividade do poder”, que se refere justamente àquilo que o poder produz como realidade. Foucault propõe uma análise das relações de poder ao compreender que saber e poder se retroalimentam, sendo elementos indissociáveis de nossa organização social. Dessa forma, o controle do conhecimento configura-se também como um controle de poder, dada sua influência sobre a formação dos indivíduos. Além disso, Foucault nos lembra que os discursos são estratégias de luta e, portanto, nunca são neutros, pois “lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2009, p. 90). A teoria jurídica do poder, frequentemente vista apenas como repressiva, está intimamente relacionada à produção de saberes sobre o que é tido como normal ou anormal.

ESCREVER DESDE OS BECOS

A partir dessa perspectiva, se os discursos operam como dispositivos de poder e resistência, meu corpo e minha escrita também se tornam formas de intervir nesse jogo. Ser um corpo marginalizado na pós-graduação, que apronta, que sente, que fala desde a margem, é enfrentar diretamente esses dispositivos. Não se trata apenas de ocupar um assento em uma sala de aula ou ter meu nome em um registro acadêmico; trata-se de existir em um espaço que muitas vezes foi arquitetado para que corpos como o meu não chegassem, ou, se chegassem, não permanecessem. Assim, ao me afirmar como pesquisador a partir da minha experiência, com todas as minhas bandeiras, repositiono-me como sujeito no campo acadêmico. E, mais do que isso, desestabilizo o que se espera que seja um sujeito acadêmico, interrompendo o fluxo normativo do saber-poder. É como se, a cada palavra escrita, eu inserisse pequenas fissuras nas paredes da academia, permitindo que outras luzes, vindas das esquinas, vielas e becos da minha história, iluminassem espaços antes obscurecidos pelo peso de uma única narrativa possível.

Sou um sujeito que não é efeito passivo das normas, mas que se reescreve, reinventa, que apronta, que fala desde outros lugares. E esses outros lugares não são metáforas distantes; são concretos, reais, como o som da conversa alta dos vizinhos, com a memória de escutar histórias de vida na calçada, o filho mais velho cuidar do irmão menor enquanto seus tutores trabalham, que também são formas legítimas de produção de saber. Nessa busca, assumo o compromisso de desestabilizar o jogo tradicional do poder, abrir espaços para outras epistemes: insurgentes, periféricas, plurais. A minha escrita, atravessada de afeto, de memória e de beco, não é somente resistência: é invenção de outra forma de existir no espaço do saber. É uma escrita que não pede licença para entrar, que atravessa as páginas com a ousadia de quem sabe que tem algo a dizer, e que se recusa a silenciar diante das tentativas de enquadramento.

Nesse mesmo movimento de retomada e reencantamento, comecei a reposicionar meu olhar sobre os caminhos teóricos que antes me inquietavam. A hegemonia de autores brancos, estrangeiros, clássicos na minha dissertação, que antes me incomodava profundamente, virou apenas um detalhe. Um detalhe que agora é campo de reviravolta. Ao empretecer a minha pesquisa, revirar os referenciais bibliográficos e afirmar, sem hesitação, que meu saber também vem do chão que me formou. Isso significou aceitar que minha legitimidade acadêmica não se mede apenas pelas citações que faço, mas pelo quanto minhas escolhas teóricas se alinham com minha história, minha comunidade e meus compromissos políticos e afetivos. Afinal, no fundo, o que me sustentou foram os valores que aprendi na favela: a partilha, a escuta ancestral, os saberes que não vêm dos livros, mas da vida vivida. E são justamente esses valores, que muitos desprezam como não científicos, que têm sido minha maior fonte de rigor, pois me obrigam a não escrever de forma descolada da realidade, mas sim com a responsabilidade de honrar as histórias que me atravessam. Foi com esses fundamentos que comecei a reencantar minha trajetória. Aquilombar, para mim, tem sido isto: costurar minha pesquisa com os fios da minha ancestralidade e do chão que me sustenta. É juntar fragmentos de memórias e experiências para construir algo que não se dobra ao modelo único de produção de conhecimento, mas que afirma que existem muitas formas de saber, todas dignas de ocupar o papel principal. Fazer dela um espaço de memória, de ruptura e de existência afirmada.

Esse reposicionamento teórico, no entanto, não se restringe às escolhas bibliográficas. Ele atravessa minha escrita, molda minha linguagem e reencanta o gesto de narrar. O chão da favela, que moldou o meu olhar, minha sensibilidade, minha fala, meu existir no mundo passou a pulsar na minha escrita. Não escrevo mais para agradar um comitê avaliador ou para cumprir uma formalidade; escrevo para me conectar com quem, como eu, já se sentiu deslocado e, mesmo assim, insistiu em permanecer. Uma escrita que carrega o corpo, corpo que lembra, que sente, que resiste. Como nos ensina Conceição Evaristo (2014), escrever é também viver, e viver é inscrever-se no mundo com palavras que sangram e curam. A minha escrita, antes dolorosa, voltou a sorrir. Esse sorriso não significa ausência de dor, mas presença de sentido. É o sorriso de quem entende que cada linha escrita é um ato político, é uma afirmação de vida e de pertença. Foi pela sagacidade forjada nesse chão que passei a caminhar, sem medo, pelos becos da universidade levando comigo os valores da partilha, da ancestralidade, dos saberes empíricos que me construíram. E, assim, cada vez que caminho por esses corredores frios, sei que não estou sozinho: comigo caminham vozes antigas, histórias esquecidas, e a certeza de que minha presença ali é continuidade de uma luta que começou muito antes de mim. Reencantar a minha jornada significou refazer os alicerces sobre os quais a dissertação que teço se ergue: com voz, verdade, perspectiva africana, periférica e viva. Tudo isso se entrelaça com a presença do meu corpo no mundo, corpo esse que carrega, com dignidade, o que me trouxe até aqui.

Dessa forma, o que a princípio parecia um beco sem saída revelou-se como um lugar de reinvenção. Aprontamento. Um espaço estreito, sim, mas fértil de saberes, encontros, desencontros, reencantamentos e possibilidades. O beco, para mim, deixou de ser metáfora de limitação e passou a ser metáfora de potência. Nos becos, as pessoas se encontram, se ajudam, compartilham o pouco que têm, improvisam saídas criativas para os problemas do dia a dia — e foi exatamente esse espírito que levei para minha pesquisa. A virada de chave no percurso formativo representou um espaço potente de reconstrução do lugar como pesquisador e de reconexão com os sentidos que motivam o ato de pesquisar. Hoje entendo que pesquisar, para mim, não é apenas buscar respostas acadêmicas, mas também formular perguntas que emergem das dores, das urgências e dos sonhos do meu território. Mais do que resistir às estruturas que historicamente negam determinadas existências, foi possível aprontar — no sentido que Íris Verena propõe — afirmando os saberes que brotam do chão da favela, da experiência encarnada e dos territórios de vida. A aproximação com abordagens afroreferenciadas e com epistemologias que valorizam a subjetividade permitiu compreender que a presença acadêmica não precisa se moldar às normas instituídas, mas pode tensioná-las, deslocá-las e, sobretudo, reexistir. E reexistir, para mim, é assumir que a minha trajetória não cabe nos moldes, mas que ela é, justamente por isso, valiosa. A partir dos aportes teóricos de Michel Foucault, Sueli Carneiro, Jorge Larrosa, Karla Saraiva, Íris Verena, Vinícius Hozana, entre outros, tornou-se possível reconhecer que a subjetividade acadêmica não se submete passivamente às regras, mas atua como força crítica e criadora. Essa compreensão me libertou de tentar me encaixar e me autorizou a criar o meu próprio formato, sem abrir mão do rigor, mas ampliando o sentido do que é rigoroso. Essa travessia, marcada por rupturas e reencantamentos, permanece em movimento. E é nesse movimento, cheio de curvas e encruzilhadas, que sigo escrevendo, vivendo e resistindo, na certeza de que o saber que nasce dos becos também tem direito de ocupar as bibliotecas e os congressos.

REFERÊNCIAS

BISPO, Nêgo. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

CARINE, Bárbara. *E eu, não sou intelectual? Um quase manual de sobrevivência acadêmica*. São Paulo: Planeta, 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

EMICIDA. *Levanta e Anda*. Participação de Rael. In: *O glorioso retorno de quem nunca esteve aqui* [CD]. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2013.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

HOZANA, Vinícius. *Possibilidade ambulante*. Comunicação pessoal apresentada em aula da disciplina “Pesquisa Narrativa Afroreferenciada em Educação”, Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 24 abr. 2025.

LARROSA B., Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20–28, jan./abr. 2002. Tradução de João Wanderley Geraldi.

OLIVEIRA, Iris Verena. Modos de aprontar na academia: escrevivências e fabulações curriculares. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, v. 29, n. 65, p. 219–240, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/serieestudos.v29i65.1941>

SARAIVA, Karla. *A aliança biopolítica educação-trabalho*. Pro-Posições, Campinas, v. 25, n. 2 (74), p. 139–156, maio/ago. 2014.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Encantamento: sobre política de vida*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.